

Câmara aprova pensão para órfãos do feminicídio

FEMINICÍDIO / Câmara dos Deputados aprova projeto de lei que determina auxílio financeiro para órfãos de mulheres assassinadas em razão do gênero. Texto segue, agora, para avaliação do Senado

Pensão para filhos de vítimas

» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, projeto de lei (PL) que institui uma pensão especial de R\$ 1.320 a filhos e outros dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. O texto, agora, segue para análise do Senado. Segundo a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), a costura é no sentido de que haja requerimento de urgência para que a matéria seja votada pelos senadores direto no plenário, sem passar por comissões.

A pensão especial será destinada ao conjunto de filhos biológicos ou adotivos e dependentes cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 25% do salário mínimo (R\$ 330). O benefício será encerrado caso o processo judicial não comprove o feminicídio.

O PL 976 é de 2022 e está assinado por oito parlamentares petistas: Maria do Rosário (RS), Rejane Dias (PI), Gleisi Hoffmann (PR), Natália Bonavides (RN), Luizianne Lins (CE), Benedita da Silva (RJ), Erika Kokay (DF) e Professora Rosa Neide (MT) — que não está mais em exercício. “Não podem as crianças e os adolescentes, por razões violentas, serem privados de condições dignas de existência”, afirmam as autoras, na justificativa da matéria.

“Resta a nós, além de tudo no combate à violência contra as mulheres, a responsabilidade de proteger as vítimas crianças”, enfatizou, em plenário, a deputada Maria do Rosário.

Benedita da Silva também destacou que “o feminicídio deixou muita gente órfã”. Foi preciso que a gente tomasse medidas para que aquelas pessoas altamente prejudicadas fossem compensadas”, argumentou.

A deputada acrescentou que a base petista da Câmara realizou

Pablo Valadarez / Câmara dos Deputados



Uma das autoras do PL, Benedita da Silva disse que já foi negociado com a bancada do Senado que haja um pedido de urgência para a matéria

uma “bruta articulação” com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), bem como com líderes partidários. No plenário — conforme destacou —, as negociações também foram priorizadas. Chegamos a um denominador comum”, comentou, sobre texto, levado ao plenário com regime de urgência. O projeto faz parte da pauta feminina no Parlamento, em razão do Mês da Mulher.

“Já pedimos à bancada do Senado para que haja um pedido de urgência. E é bom que lá o texto não seja mexido, para que vá mais rápido à sanção”, ressaltou. Caso a matéria seja modificada pelos senadores tem de voltar para nova apreciação da Câmara. O impacto financeiro está estimado em R\$ 10,52 milhões neste ano. Em 2024, o montante passa a R\$ 11,15 milhões e, em 2025, a R\$ 11,82 milhões.

Em plenário, o relator do PL, Capitão Alberto Neto (PL-AM), apresentou substitutivo (texto que modifica o projeto original)

para que esses montantes tenham efeitos menores à União. Ainda segundo o relator, não houve necessidade de sugerir compensações.

Se for considerado o rito normal, o projeto vai passar por comissões temáticas. Como envolve impacto em recursos dos cofres públicos, o PL precisaria ser avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além de pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no mínimo.

Na CAE, o governo tem a seu

favor a presidência entregue ao PSD, nas mãos de Vanderlan Cardoso (GO). Na CCJ, de Davi Avelumbre (União Brasil-AP). Contudo, o avanço vai depender da conveniência para o partido e seu bloco, composto por PSDB, MDB, Podemos, PDT e Rede.

“Crime continuado”

Na última terça-feira, a governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), destacou a alta dos índices de



Resta a nós, além de tudo no combate à violência contra as mulheres, a responsabilidade de proteger as vítimas crianças”

Maria do Rosário (PT-RS), deputada



Não podem as crianças e os adolescentes, por razões violentas, serem privados de condições dignas de existência”

Trecho da justificativa do projeto

feminicídio e disse que, somente neste ano, nove mulheres foram vítimas desse tipo de crime na capital federal.

“Não é mimimi. As mulheres continuam morrendo pelo simples fato de ser mulher”, ressaltou a governadora, durante o **Correio Debate**, que teve como tema *Combate ao feminicídio: responsabilidade de todos*. “Temos, atualmente, 297 órfãos do feminicídio. É um crime continuado, não finaliza com a morte da mulher.”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 3